

REFERÊNCIA:

Central de Compras ITAIPU Binacional/PR
PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL NF 0710-25
Sessão Pública: Site: <https://compras.itaipu.gov.br>

OBJETO:

“[...]

Contratação de consultoria para emissão de relatório com segunda opinião técnico-atuarial a respeito do fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).

[...]”

IMPUGNADO:

Comissão de Licitação ITAIPU BINACIONAL/PR

IMPUGNANTE:

XXXXXXXXXXXXX CNPJ: XXXXXXXXXXXXX

Fone: XXXX

A empresa XXXX, inscrita

no CNPJ: XXXX, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede XXXX, registra,

<i>i.IMPUGNAÇÃO DE EDITAL</i>

para prestação de serviços de consultoria e assessoria atuarial Contratação de consultoria para emissão de relatório com segunda opinião técnico-atuarial a respeito do fluxo previdenciário líquido esperado de benefícios saldados e contribuições, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).

Estando legalmente apta a competir em todos os requisitos editalícios em razão de sua documentação e capacidade técnica e operacional em prestação de serviços técnicos atuariais, a impugnante procedeu atenta leitura do instrumento convocatório, no intuito de tomar conhecimento das regras ali estabelecidas para sua participação no item,

“[...]

PERFIL DA EQUIPE DE TRABALHO

a) Profissional experiente na atividade atuarial, de nível superior – Atuário, com registro profissional no Ministério do Trabalho e Emprego e inscrição no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), na Categoria “Atuário Técnico” e preferencialmente no Segmento de Atuação “Previdência Complementar Fechada e Previdência Pública”.

b) O atuário deverá possuir conhecimento e a experiência profissional necessária para a execução dos respectivos trabalhos.

c) O profissional designado para realizar os serviços atuariais deverá ser aprovado pela ITAIPU e substituído se solicitado.

d) A empresa contratada deverá comprovar registro como Membro Coletivo do Instituto Brasileiro de Atuária - Prestador de Serviços Atuariais (CIBA - PSA) junto ao Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

[...]”

(o texto original não tem grifos)

O Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), embora reconhecido como uma entidade de classe, não possui caráter regulamentar sobre a profissão de

atuário. O IBA é uma associação privada, e a certificação emitida por ele não é um requisito legal para o exercício da profissão, não podendo, portanto, ser utilizada como critério de pontuação obrigatória ou opcional em licitações públicas.

A profissão de atuário no Brasil é regulamentada pela Lei nº 6.317, de 17 de dezembro de 1975. Essa lei dispõe sobre o exercício da profissão e estabelece que os profissionais devem possuir formação em Ciências Atuariais.

Além disso, o Decreto nº 81.402, de 4 de março de 1978, regulamenta a Lei nº 6.317 e define as atribuições do atuário, que incluem a elaboração de cálculos e pareceres atuariais em diversos setores, como previdência social, seguros, fundos de pensão e capitalização.

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XX, garante a liberdade de associação, sendo vedado obrigar alguém a se associar ou permanecer associado. Assim, exigir que os profissionais sejam associados ao IBA ou que possuam suas certificações fere o princípio da liberdade de exercício profissional.

Outros critérios técnicos, como a formação acadêmica e experiência comprovada, são suficientes para atestar a competência dos atuários. A exigência de certificações do IBA impõe uma barreira desnecessária à ampla concorrência, limitando a participação de atuários igualmente qualificados. Solicitamos, portanto, a exclusão deste critério ou sua reformulação para garantir maior isonomia e respeito aos direitos constitucionais.

Dessa forma, tais exigências ultrapassam o razoável e **restringem indevidamente a competitividade**, ao exigirem não apenas filiação a entidade privada (IBA), mas também **enquadramento em uma categoria interna específica ("Atuário Técnico") e ainda em um segmento**



preferencial ("Previdência Complementar Fechada e Previdência Pública").

O curso de graduação em Ciências Atuariais já abrange de forma completa as disciplinas necessárias para a prática da profissão, incluindo matérias como Matemática Financeira, Estatística, Teoria Atuarial, Direito Previdenciário e Matemática Atuarial, entre outras. Essas disciplinas são suficientes para capacitar o profissional atuário a realizar avaliações e projeções atuariais com excelência, sem a necessidade de uma certificação adicional.

Solicita-se, assim, a exclusão destes critérios por se tratarem de uma exigência desnecessária e sem amparo técnico ou legal.

iii. CONSIDERAÇÕES

Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade:

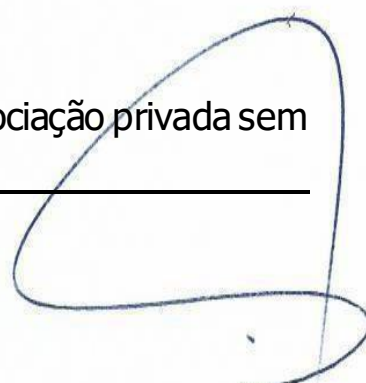
Ao impor requisitos desnecessários e desproporcionais, o edital infringe o princípio da razoabilidade, conforme estabelecido no direito administrativo brasileiro, que impõe à administração pública o dever de adequação entre os meios e fins, de modo a evitar restrições excessivas à participação dos interessados.

Jurisprudência Aplicável:

O Tribunal de Contas da União, em diversas oportunidades, já se manifestou contra exigências que restrinjam de forma injustificada a competitividade nas licitações públicas. Em decisões recentes foi reafirmada a necessidade de os critérios serem compatíveis com o objeto licitado e proporcionais ao serviço demandado.

Análise Constitucional:

A imposição de certificações emitidas por uma associação privada sem



respaldo legal obrigatório fere diretamente o disposto no artigo 5º, inciso XIII da Constituição Federal, que garante a liberdade do exercício profissional. A exigência do registro no IBA, além de não possuir caráter legal, constitui indevida interferência no livre exercício da atividade de atuário.

Prejuízos ao Interesse Público:

Além de ferir o princípio da isonomia, os critérios impugnados prejudicam o interesse público ao reduzir a competitividade do certame, o que pode resultar na contratação de uma proposta técnica inferior ou com custo elevado, em detrimento da melhor relação custo-benefício que o processo licitatório busca assegurar.

iv.DOS PEDIDOS

Diante dos argumentos expostos, ***solicitamos a exclusão ou reformulação dos critérios impugnados***, com o objetivo de garantir que o processo licitatório seja justo, isonômico e promova a ampla competitividade, em conformidade com os princípios constitucionais e legais, assegurando a escolha da melhor proposta técnica, alinhada ao objeto da licitação.

Requer-se, ainda, como medida de cautela, a suspensão do processo licitatório até o julgamento definitivo desta impugnação, de modo a evitar possíveis prejuízos à competitividade e ao interesse público.

Caso haja indeferimento, requer-se o encaminhamento desta impugnação ***à autoridade superior competente***, nos termos regulamentares e legais, para reavaliação, garantindo a observância dos princípios da ampla competitividade, isonomia e legalidade, essenciais ao regular andamento do certame licitatório.

